

TCC/UNICAMP

B122d

3685/IE



1290003685



CEDOC/IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

**DE BANCO MÚLTIPLO A “HOLDING” FINANCEIRAS: A TRAJETÓRIA DO
ITAÚ**

Aluna: Lara Nascimento Bacellar

Orientadora: Maria Alejandra Caporale Madi

CEDOC/IE

Campinas, Junho de 2008.

SUMÁRIO

Introdução.....	3
I - A Evolução do Sistema Financeiro: 1988 a 2002.....	7
I.1 - A Reforma de 1988: Bancos Múltiplos e o mercado Unificado.....	7
I.2 - As Mudanças no SFN pós Plano Real (1994) – Resolução 2.099.....	11
I.3 - O PROER.....	19
I.4 - Concentração do SFN.....	21
I.5 - Evolução do SFN até 2002: a visão do Banco Central.....	24
I.6 - Filtrando o Acesso ao Mercado – Res. 3.040/02.....	27
II - Estudo de caso: Banco Itaú ou Holding.....	36
II.1 – História Institucional.....	37
II.2 - Estrutura acionária.....	39
II.3 - Análise Econômica.....	41
III – Conclusão	47
Bibliografia.....	54

Introdução:

A evolução do sistema bancário brasileiro nas duas últimas décadas foi marcada por duas grandes mudanças na sua estrutura. São elas: a migração para um sistema onde predominavam Bancos múltiplos (em detrimento dos bancos comerciais e outras instituições financeiras especializadas), e as fusões e aquisições presentes nas “Holdings” Financeiras. Ainda que essas mudanças possam, e devam ser associadas às mudanças em esfera mundial, explicitadas na “financeirização”, é de estrita importância e relevância considerar o contexto particular do país e o papel da ação do Estado nestes processos.

Este trabalho consiste em um estudo de caso do Banco Itaú onde procuramos entender quais desafios lhe foram postos a partir das mudanças no cenário econômico nacional e internacional respaldadas pelo direcionamento do estado quanto à estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), dando enfoque às estratégias adotadas para garantia de rentabilidade da instituição.

É com este intuito que se optou por recortar o estudo em três momentos-chave da evolução político-institucional do SFN. São eles:

- A desregulamentação do mercado financeiro com a Reforma de 1988 (Resoluções 1524, de 21.09.1988, e 1649, de 25.01.1989). “Autoriza a organização de bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento em uma única

instituição financeira, com personalidade jurídica própria” (BANCO CENTRAL DO BRASIL- Res. 1.524/88) – os chamados bancos múltiplos.

- A resolução 2099 de 1994, grande incentivadora da “oligopolização” bancária. “Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao SFN, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições” (BANCO CENTRAL DO BRASIL- Res. 2.099/94).

- A resolução 3040 de 2004. “Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento, a transferência de controle societário e a reorganização societária, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento das instituições que especifica” (BANCO CENTRAL DO BRASIL- Res. 2.099/94).

Defendo a hipótese de que os processos de “oligopolização” e concentração bancária que pode ser observado na última década foram impulsionados por orientações político-institucionais expressadas nas mudanças regulatórias do SFN que estavam por sua vez, sendo influenciadas ou direcionadas pelas variáveis econômicas estruturais e conjunturais, de abrangência nacional e internacional.

A idéia é de que o governo, dentro de seu projeto de inserção do Brasil no âmbito do sistema financeiro internacional, de abertura e flexibilização dos mercados, acreditava

estar fortalecendo o sistema financeiro ao incentivar a concentração, apoiando-se na suposição de que a escala dos bancos diminuiria a fragilidade do sistema.

Para compreender qual o real impacto sobre a rentabilidade bancária após a consolidação em “Holdings” Financeiras escolhemos o Banco Itaú para estudo de caso, pois além de ser o segundo maior banco privado nacional, este passou recentemente pelo processo de reestruturação acionária configurando-se como uma “Holding” Financeira em 2003.

O Banco Itaú Holding Financeira S.A. controla, entre outros, o Banco Itaú S.A., segundo maior banco privado do Brasil, apesar do Itaú ter se aproximado do Bradesco nos últimos anos, ainda mantém o segundo lugar, exceto no quesito valor de mercado. O Banco Itaú Holding Financeira S.A. propriamente dito surgiu em 24 de março de 2003, como resultado de uma reorganização societária do Banco Itaú, surgido em 1945. Além do Banco Itaú (Itaú Agências, para pessoas físicas), controla também o Itaú Personnalité (pessoas físicas de alta renda), Itaú Private Bank (pessoas físicas de alto patrimônio), Itaú BBA (empresas de grande porte) e Itaí (financeira). O Banco Itaú Holding Financeira S.A., por sua vez, é controlado por uma holding maior, a Itaúsa - Investimentos Itaú.

O trabalho será dividido em 3 sessões. A primeira constará de uma descrição mais detalhada dos recortes temporais escolhidos, suas regulamentações e algumas características do SFN nos respectivos períodos. Na segunda sessão, será apresentado o estudo de caso onde analisaremos diversos indicadores econômicos do Banco Itaú desde o ano de sua transformação em Holding Financeira e apontaremos conclusões parciais. Na

terceira e última parte apresentaremos as conclusões do estudo onde se espera responder às seguintes questões: para o banco Itaú, a inserção no modelo de Holding Financeira obteve ou não êxito no aumento de sua rentabilidade? Pode-se afirmar que a maior concentração do SFN é também sinônimo de maior solidez?

Capítulo I

A Evolução do Sistema Financeiro: 1988 a 2002

I.1 A Reforma de 1988: Bancos Múltiplos e o mercado Unificado

“Em 1988 o Itaú organiza-se como Banco Múltiplo, centralizando, em carteiras, as operações que antes eram realizadas por empresas distintas no grupo.”

A partir da crise da primeira metade da década de 1980, surgiram pressões dos organismos multilaterais para uma discussão sobre a reforma bancária. Na primeira metade da década encontravam-se problemas de vários cunhos: ruptura dos influxos financeiros internacionais, instabilidade inflacionária e das taxas de juros; recessão prolongada, políticas contracionistas de demanda, e alto grau de endividamento externo e interno do setor público.

O SFN como um todo foi impactado durante os anos de recessão e de políticas de ajuste da década de 80. Com a crise inflacionária, as instituições financeiras já não cumpriam mais primordialmente suas funções de captação de recursos e concessão de empréstimos. A nova orientação centrava-se na idéia de que um novo contexto econômico-financeiro de estabilidade exigia novas estruturas capazes de garantir o financiamento de médio/longo prazo do crescimento num cenário de baixas variações de preço e ficou clara a preocupação do aparelho regulador com a “desregulamentação” do sistema.

No final da década, rompe-se definitivamente com a estratégia precedente de vinculação da captação de recursos a aplicações determinadas e instaura-se oficialmente o chamado sistema de Bancos múltiplos, capazes de compor seus passivos de maneiras diferenciadas e aumentar assim a margem dos prazos dos ativos. Esta capacidade ampliada deveria garantir o fortalecimento dos grandes bancos privados possibilitando a canalização de recursos para investimentos de mais longo-prazo.

“A desregulamentação do mercado financeiro brasileiro, por sua vez, ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, alterando lei anterior que exigia cartas patentes individualizadas para cada atividade financeira. Com a nova lei, torna-se possível a uma instituição integrar diversas atividades financeiras (poupança, crédito pessoal, crédito imobiliário, distribuição de títulos, etc.) dando origem aos chamados bancos múltiplos. Estimuladas pela nova legislação, muitas corretoras e distribuidoras, bem como empresas ligadas ao comércio e grandes grupos empresariais, constituíram bancos múltiplos”. (LARANJEIRA, 2001, p. 113).

A proposta de implantação dos bancos múltiplos sugeria criar-se um mercado financeiro “flexível” e unificado com menores taxas de juros e prazos alongados. Estes bancos teriam uma estrutura jurídico-contábil única que reuniria diversos segmentos financeiros em um só banco.

Para operar neste mercado unificado, as instituições teriam que primeiramente se transformar em banco múltiplo e depois possuir o capital mínimo exigido e poderiam assim desfrutar do enxugamento das estruturas administrativas centrais ao concentrar as diversas atividades financeiras sob uma só estrutura. Esta reformulação do sistema permitiu também ao público atuar em todos os segmentos financeiros e negociar diretamente na bolsa de valores.

A autorização para criação dos Bancos múltiplos foi oficializada com a Resolução Nº 1524¹ que autoriza a organização de bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento e uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria.

De acordo com Kretzer (1996) esta resolução enterra definitivamente as “cartas-patentes” como documento de valor para transações no mercado financeiro e no caso de saída do sistema bastaria vender o controle acionário ou em função da quebra da instituição financeira.

Como consequência dessa mudança na regulamentação do SFN tem-se um processo rápido e intenso de proliferação de bancos múltiplos. De novembro de 1989 até julho de 1990 o crescimento dos bancos múltiplos foi de 73,86% (passando de 88 para 153). Em apenas um ano de funcionamento o sistema já contava com quase 100 bancos múltiplos segundo Informativo da Febraban-Fenaban.

A partir de 1989 a estrutura do SFN sofre um processo de modificação. O ambiente inflacionário foi amplamente favorável ao sistema bancário que conseguiu adaptar-se, alavancando a participação do setor financeiro na renda nacional. As instituições financeiras brasileiras obtiveram sucesso na implementação de inovações e no aproveitamento das oportunidades regulatórias, o que permitiu sobreviver e acumular capital, crescendo ao absorver boa parte do imposto inflacionário.

¹ Para acessar a resolução na íntegra consultar o site do Banco Central www.bcb.gov.br

Temos uma nova configuração do Sistema Financeiro e nas palavras de KRETZER (1996): “... o Sistema Financeiro Nacional veio perdendo, ao longo da década de 80, suas funções tradicionais ao ajustar-se às políticas adotadas pelos governos. Este, por sua vez, por pressões dos banqueiros e por recomendações do Banco Mundial disposto a viabilizar financeiramente, sob a forma de empréstimos, as mudanças ora em curso no setor, elaborou via BACEN, uma proposta bancária que resultou na criação dos bancos múltiplos. A emergência do banco múltiplo visando um ajuste na estrutura de custos, o corte de pessoal e a redução do espaço físico, resultou na ampliação do sistema financeiro em favor do setor privado, reservando-lhe ainda mais, o direito à centralização e concentração”.

O processo de expansão do número de bancos perdurou de 1988 até 1995, sendo que este número mais que dobrou. Em tese, tem-se um sistema mais competitivo, e esta competição elevou as taxas de juros para captação de recursos ao mesmo tempo em que incentivou os bancos a expandirem as concessões de empréstimos. Os bancos funcionavam então altamente alavancados com baixa relação de patrimônio líquido frente ao total de seus ativos.

Neste contexto, com a implementação do Plano Real e a brusca queda da inflação, fonte de grande importância nos lucros dos bancos, tem-se outra vez necessidade de reavaliar o funcionamento do SFN para adequá-lo não só ao ambiente de estabilidade de preços, mas também a proposta do governo de inserção na globalização.

Segundo Laranjeira (2001, p. 113), “... o controle da inflação, sustentada pelo Plano Real, a partir de 1994, trouxe novo impacto ao sistema. Depois do Plano Real, as instituições bancárias perderam rentabilidade, a qual foi, em parte, compensada por receitas obtidas através da intermediação financeira, da prestação de serviços e da cobrança de tarifas. Mesmo assim, a busca por maior produtividade torna-se uma imposição... os bancos que se mantinham graças à inflação não conseguiram sobreviver. Em decorrência, verifica-se acentuada redução do número de bancos, resultado de falências, fusões, incorporações e aquisições, bem como de privatizações. O sistema bancário brasileiro constituído em 1993 por 245 bancos, passa pra 194 em 1999... Para garantir a estabilidade do sistema bancário, frente a perturbações de tal ordem, o governo federal institui ao final de 1995, o chamado Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do Sistema financeiro nacional (PROER) para absorver os débitos irrecuperáveis das instituições insolventes”.

I.2 - As Mudanças no SFN pós Plano Real (1994) – Resolução 2.099

“Um novo período de aquisições se inicia em 1995, o Itaú assume o controle acionário do Banco Francês e Brasileiro S.A., reforçando sua posição no segmento de clientes de alta renda, tesouraria e corporate banking. Surge o Itaú Personnalité.”

Com a queda violenta dos índices de inflação imposta pelo plano de estabilização, os bancos que obtinham boa parte de sua receita via “float” sobre os depósitos à vista, se viram restringidos por uma nova realidade. Neste cenário precisavam encontrar novas

fontes de receita ou outras formas de ampliá-las como, por exemplo, através de serviços já realizados de forma a garantir sua rentabilidade. Paralelamente, como forma de regulação prudencial, o Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução n.º 2099 de 17 de agosto de 1994 enquadrou os agentes do sistema financeiro que tiveram que se adequar aos parâmetros introduzidos pelo Acordo da Basiléia (1988), no intuito de reduzir o risco sistêmico ao dar maior solidez ao sistema.

A tabela 1 mostra o capital mínimo exigido para cada tipo de instituição financeira. Um Banco Múltiplo teria que ter pelo menos um capital mínimo de dez milhões de reais se optou por uma carteira comercial, ou de nove milhões de reais se preferisse uma carteira de investimento. Além do capital mínimo as instituições financeiras tinham que satisfazer às seguintes condições quanto ao seu patrimônio líquido: i) dedução de 20% para o somatório dos valores correspondentes às carteiras dos bancos múltiplos; ii) dedução de 30% para instituições que tenham sede e, no mínimo 70% de suas dependências fora do Rio de Janeiro e São Paulo; iii) acréscimo de 100% sobre os limites mínimos estabelecidos em se tratando de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior ou de banco comercial, ou banco múltiplo comercial sob controle estrangeiro direto ou indireto; iv) acréscimo de 30% sobre os limites mínimos estabelecidos no caso de instalação de agências no exterior, observada a regulamentação específica; v) acréscimo de três milhões de reais sobre os limites mínimos estabelecidos para a instituição que operar em câmbio no mercado de câmbio de taxas livres.

Tabela 1

Capital Mínimo Para Instituições Financeiras

(mil reais)

Instituições	Limites Mínimos
Bancos Múltiplos:	
Carteira Comercial	7.000
Carteira de Investimento e/ou Desenvolvimento	6.000
Carteira de Crédito Imobiliário	6.000
Carteira de Crédito	3.000
Financiamento e Investimento	
Carteira de Arrendamento Mercantil	3.000
Bancos Comerciais	7.000
Caixa Econômica	6.000
Bancos de Investimento	6.000
Bancos de Desenvolvimento	6.000
Sociedades de Crédito Imobiliário	6.000
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	3.000
Sociedade de Arrendamento Mercantil	3.000
Sociedades Corretoras ou Distribuidoras (1)	600
Sociedades Corretoras ou Distribuidoras	200
Sociedade Corretora de Câmbio	200

Fonte: Andima e Resolução Nº 2099, de 17/08/94 do Banco Central.

Observação:(1) Este capital deve ser integralizado em 30/04/1996.

Com o efeito da estabilidade e do estreitamento dos ganhos outrora obtidos observou-se uma corrida rumo ao aumento da produtividade através de investimentos pesados em novas tecnologias de informação. Isto se reflete na evolução do perfil dos postos de atendimento bancário. Enquanto o número de agências foi reduzido em 8% entre 1994 e 1998, o número de postos de atendimento eletrônico quintuplicou entre 1994 e 2001. Como forma de fortalecer o sistema e aumentar a competitividade entre os participantes o governo brasileiro facilitou a entrada de instituições estrangeiras em nosso sistema, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2

Participação estrangeira no sistema bancário brasileiro

	Bancos Comerciais	Bancos Múltiplos	Total	% do sistema brasileiro
31.12.1994	0	20	20	8,2
31.12.1998	1	43	44	21,9
31.12.1999	2	53	55	28,5
31.12.2000	3	56	59	30,9
31.12.2001	4	57	61	3,7

Fonte: Banco Central

O aumento substancial da participação estrangeira no sistema levou a uma busca generalizada por aumento dos níveis de produtividade, havendo inclusive forte queda no número de empregados. Ao mesmo tempo os grupos nacionais passaram a olhar o setor de forma mais estratégica visto o potencial e o tamanho dos novos concorrentes.

Isto pode ter sido uma das sementes do processo de concentração bancária. Esta consolidação pode ser enxergada no seguinte: em 1994 os 20 maiores grupos bancários do país detinham 76% dos ativos totais do sistema. Em 2000 eles passaram para 88%. E de forma similar ao movimento de consolidação internacional observou-se diminuição no número de instituições operando no país, conforme dados abaixo:

Tabela 3

Evolução de bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas no Brasil

Tipo	Dez. 93	Dez. 94	Dez. 95	Dez. 96	Dez. 97	Dez. 98	Dez. 99	Dez. 00	Dez. 01	Dez. 02
Bancos Múltiplos	206	210	205	191	179	173	168	163	153	140
Bancos Comerciais	35	34	35	38	36	28	25	28	28	24
Caixas Econômicas	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Total	243	246	242	231	217	203	194	192	182	165

Fonte: Banco Central

É certo que muitos ganhos de produtividade foram obtidos através do processo. Economias de escala e escopo foram conquistadas, porém ao se analisar a evolução do crédito concedido (agregado) e os spreads praticados não se observa este repasse das reduções de custo aos tomadores de empréstimos.

Segundo Ricardo Pereira Soares (2001, p. 44) a maneira pela qual o Brasil aderiu ao Acordo da Basiléia, as constantes mudanças de norma e o rigor exigido podem explicar o comportamento do crédito de 1994 a 1999. A partir de então, os bancos passaram a aplicar sem restrição em títulos públicos federais – porém, tendo em vista seu patrimônio, instituíram limites para as aplicações em crédito. Além disso, várias mudanças dessa norma, que estabelecem exigências mais rigorosas algumas não previstas no Acordo, quase sempre reduziram o limite dos bancos para aplicar em crédito. Constata, ainda, que a partir de 1994 o estoque de títulos federais em poder dos bancos cresceu persistentemente se comparado com os créditos e com o patrimônio líquido dessas instituições.

A lei da Reforma Bancária estabeleceu o Banco Central como responsável pela autorização para funcionamento das instituições financeiras. Até a Constituição de 1988 cada instituição detinha uma carta patente, que poderia ser negociada em mercado. A Constituição de 1988 estabeleceu no seu artigo 192 que a autorização para funcionamento de uma instituição financeira seria inegociável e intransferível, permitindo, todavia, a transmissão do controle de pessoa jurídica. Este dispositivo constitucional acabou, portanto, com a carta patente removendo a barreira para a entrada de novas empresas no sistema financeiro. A Constituição de 1988, através do Artigo 52 das disposições transitórias, vedou a instalação no país de novas agências de instituições financeiras estrangeiras, e também

proibiu o aumento da participação do capital estrangeiro em instituições financeiras com sede no país, a não ser em casos de acordos internacionais. Todavia, o parágrafo único do Artigo 52 estipula que esta vedação não se aplica às autorizações que sejam de interesse do governo brasileiro. O Ministério da Fazenda através da Exposição de Motivos Nº 311, de 24/08/1995, propôs a liberação da entrada do capital estrangeiro em instituições do SFN, que poderá ser autorizada pelo Presidente da República, depois de aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

Aprofundando a temática da desnacionalização do SFN, a estratégia do governo se aproveitou de uma “brecha legal” para modificar o marco regulatório. Segundo o artigo 192 da Constituição Federal de 1988, o SFN deveria ser regulado por lei complementar, incluindo o referente às condições de participação estrangeira. Na ausência da lei, prevaleceu o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, que vedava a instalação de novas instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual da participação das já instaladas. Entretanto, isso não se aplicava às autorizações que resultassem de acordos internacionais ou sejam do interesse do governo brasileiro.

Aproveitando a brecha e em conformidade com o projeto implantado, considerou-se de “interesse do governo brasileiro” o aumento da participação estrangeira no SFN. Dessa forma, desde agosto de 1995, foram lançados mais de cem decretos presidenciais reconhecendo “tal interesse”. Com a Resolução 2815 do Conselho Monetária Nacional, revogando o artigo 17 do Anexo III à Resolução 2.099/94, o Bacen flexibilizou, a partir de janeiro de 2001, a interpretação daquela vedação constitucional, possibilitando às instituições nacionais com participação ou controle estrangeiros a instalação de novas

agências, sem necessidade de autorização por decreto presidencial. A relevância dessa medida se dá porque 84% do total das instituições financeiras “estrangeiras” no país correspondem a esse tipo.

A desnacionalização bancária pode ser vista claramente nos dados das tabelas 4, 5 e 6, que apresentam a participação percentual das instituições nos ativos, nos depósitos e nos créditos do setor bancário. Destaque-se a participação dos bancos com controle estrangeiro nas três variáveis, comparando-se os anos de 1994 e 2000.

Tabela 4

Participação das instituições nos ativos da área bancária (em %) 1993-00								
Instituição	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos públicos	50,9	51,4	52,2	50,9	50,1	45,8	43	44
Bancos privados nacionais	40,7	41,2	39,2	39	36,8	35,3	33,1	32,2
Bancos com controle estrangeiro	8,4	7,2	8,4	9,8	12,8	18,4	23,2	23,9

Fonte: Andima (2001: 33)

Tabela 5

Participação das instituições nos depósitos da área bancária (em %) 1993-00								
Instituição	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos públicos	56,3	55,9	58	61,2	59,1	51,2	50,6	48,5
Bancos privados nacionais	38,8	39,4	36,4	34,1	32,9	33,1	31,8	33,2
Bancos com controle estrangeiro	4,8	4,6	5,4	4,4	7,5	15,1	16,8	18,3

Fonte: Andima (2001: 33)

Tabela 6

Participação das instituições nos créditos da área bancária (em %) 1993-00								
Instituição	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos públicos	61,8	59,1	62,1	58,1	52,2	53,2	47,5	46,6
Bancos privados nacionais	31,5	35,4	31,8	32,7	35,4	31	31,7	33,1
Bancos com controle estrangeiro	6,6	5,2	5,7	8,6	11,7	14,9	19,8	20,3

Fonte: Andima (2001: 33)

Um dos principais reflexos desta mudança regulatória de 1994 é a alteração significativa na estrutura do SFN no que diz respeito ao crescimento dos bancos múltiplos na composição das instituições bancárias. Em dezembro de 1989, o número de instituições bancárias sob a forma comercial era de 61; os bancos de investimento eram 33 e os bancos múltiplos 114. Em dezembro de 2000 essa composição era de 28 bancos comerciais, 18 bancos de investimento e 164 bancos múltiplos.

Os bancos múltiplos possuíam mais de 70% do ativo total do setor na média dos anos 90 (HERMANN, 1999, p. 34). Dentre as principais alterações na operação desses bancos, durante a década, destaca-se o aumento relativo das operações externas (haveres externos e operações cambiais), tanto pelo lado do ativo como pelo lado do passivo. Do lado do ativo essas operações representavam 8,2% do total dos bancos privados em 1988-90, e passaram para 17% em junho de 1997, enquanto que do lado do passivo correspondiam a 19,9% em 1991 e chegaram a 26,4% em 1997 (HERMANN, 1999, p. 54 e 57). Essas alterações representam o aumento no grau de abertura financeira no setor.

1.3 - O PROER

Com o advento da estabilização de preços em seguida à introdução do Plano Real, o sistema bancário brasileiro viria a apresentar sérios problemas de liquidez e solvência. Até então, a principal política de saída do mercado bancário no Brasil se limitara à intervenção e liquidação de instituições por parte do Banco Central. Todavia, a ameaça de falência de algumas instituições bancárias "too big to fail" exigiu do Banco Central a formulação de novo arcabouço de política, a fim de evitar a quebra de confiança no sistema bancário, ou seja, a corrida bancária. Para tanto, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) baseou-se em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa. Os bancos problemáticos foram divididos em "banco bom" e "banco ruim", o primeiro sendo adquirido por outra instituição bancária (depois de saneados por meio das operações PROER), e o segundo sendo liquidado pelo Banco Central. Ao todo, as operações PROER somaram R\$20,4 bilhões, ou aproximadamente 2,7% do PIB médio de 1995- 96-97.

O PROER foi instituído em 1995, com a edição da Resolução nº 2208, pelo Conselho Monetário Nacional, e da Medida Provisória nº 1179, posteriormente convertida na Lei nº 9710/98. A seguir, as principais características do Programa, com destaque para as condições de elegibilidade, os princípios gerais e sua engenharia financeira.

Elegibilidade

O acesso ao PROER dependeu de autorização “caso a caso” do Banco Central e restringiu-se a bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo, financeiras e sociedades de crédito imobiliário. O Fundo Garantidor de Créditos - FGC, a agência brasileira de seguro de depósitos, tomou parte no PROER.

Por meio do Programa, importantes instituições financeiras estrangeiras puderam ingressar no mercado brasileiro. O Programa foi implementado por meio de reorganização administrativa, operacional e societária da instituição problemática, que implicasse na transferência de seu controle acionário.

Princípios gerais

São dois os princípios gerais do PROER, a saber: salvaguardar o sistema de pagamentos e penalizar más políticas bancárias. Salvaguardar o sistema de pagamentos significa proteger os depósitos; penalizar más políticas bancárias, transferir o controle acionário do banco problemático. Desse modo, as operações PROER foram estruturadas de maneira a preservar a exigibilidade dos depósitos bancários a qualquer tempo. Ao mesmo, ao transferir o controle acionário do banco problemático, o PROER reduziu o risco moral das operações-salvamento.

Engenharia financeira

O PROER compreende dois modelos gerais. O primeiro aplica-se aos grandes bancos; o segundo, aos bancos pequenos e médios. No primeiro caso, a instituição problemática é dividida em duas: o banco bom e o banco ruim. Em linhas gerais, o banco

bom é constituído pelos ativos bons e pelos depósitos do banco problemático. O banco adquirente tem liberdade para selecionar os ativos do banco problemático (ativos bons, por suposto), mas fica obrigado a assumir todos os seus depósitos. O banco ruim é composto pelos ativos remanescentes (ativos ruins) e pelas demais obrigações do banco problemático. No período de 1995 a aproximadamente 2000, foram destinados mais de R\$ 30 bilhões a bancos brasileiros, aproximadamente 2,5% do PIB.

Nas palavras de José Baía Sobrinho, presidente do Banco Pontual, sobre o PROER:

"No Brasil, entre 1995 e 1997, o preço do ajuste alcançou 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), isso já incluindo o caso recente do Bamerindus. É um valor bem abaixo do que se registrou em vizinhos nossos sul-americanos ou mesmo em países desenvolvidos. No Chile, por exemplo, o custo foi de 19,6% do PIB em 1985. Na Argentina, em 1982, de 13%. Para sairmos da América Latina, basta ver os números em países como a Noruega ou os Estados Unidos. No primeiro, entre 1988 e 1992, gastou-se 4,5% da riqueza nacional. Nos EUA, o buraco, em 1991, chegou a 5,3% do PIB. Essas nações não dispunham de instrumentos similares ao Proer, que é uma invenção nossa, muito bem elaborada, barata e que vem dando certo." (Revista ISTOÉ, 4/4/97).

O PROER facilitou a reorganização das instituições insolventes do mercado financeiro, com o propósito de assegurar a liquidez e a solvência do sistema.

I.4 - Concentração do SFN

O sistema bancário brasileiro sofreu a maior transformação de sua história no período 1994-2003. Grande parte do aumento da concentração no período 1994-2003 pode ser explicada pela Resolução 2099. Usando comparações internacionais, o sistema bancário brasileiro não é muito concentrado, como mostra a tabela abaixo e passou por um processo parecido com outros países da América Latina.

Tabela 7

Concentração bancária – diversos países – 1995-1999 *

Pais	Taxa 3 M	Pais	Taxa 3 M	Pais	Taxa 3 M
Estados Unidos	0,18	Polônia	0,51	Uruguai	0,72
Panamá	0,22	Venezuela	0,53	Ghana	0,75
Guatemala	0,26	Canadá	0,54	Moldova	0,76
França	0,27	Quênia	0,54	Zâmbia	0,76
Itália	0,27	Turquia	0,54	Tanzânia	0,77
Alemanha	0,32	Tailândia	0,56	Senegal	0,78
Colômbia	0,32	Uganda	0,56	Namíbia	0,79
Argentina	0,34	Egito	0,57	China	0,8
Índia	0,35	Ucrânia	0,57	Belarus	0,81
Filipinas	0,36	Croácia	0,58	Geórgia	0,81
Malásia	0,36	Eslovênia	0,6	Kazakistão	0,81
Rússia	0,38	Singapura	0,6	Romênia	0,83
Indonésia	0,39	Rep.Dominicana	0,61	Estônia	0,85
Brasil	0,4	República Tcheca	0,61	Lituânia	0,86
Reino Unido	0,4	Zimbábue	0,62	Armênia	0,88
Honduras	0,41	México	0,63	Botswana	0,9
Nicarágua	0,41	Paquistão	0,63	Cote d'Ivoire	0,9
Portugal	0,43	Eslováquia	0,65	Camarões	0,91
Bolívia	0,46	Bulgária	0,66	Malawi	0,94
Chile	0,46	Costa Rica	0,66	Madagascar	0,95
Peru	0,46	Africa do Sul	0,67	Azerbaijão	0,96
Espanha	0,47	Equador	0,67	Etiópia	0,97
Tunísia	0,48	El Salvador	0,68	Haiti	0,97
Nigéria	0,5	Trinidade		Belize	1
Hungria	0,51	Tobago	0,7	Suécia	0,72

Fonte: BEKC, T e outros (2003).

* Comparação do valor da taxa de concentração bancária entre vários países com a brasileira - usando como critério a participação do total de ativos dos 3 maiores bancos (incluindo os estatais) com o total do sistema de cada país para o período 1995-1999.

No período analisado, o sistema bancário brasileiro apresentou ganhos de eficiência expressivos. Tomando como parâmetro o spread médio de recursos livres, e usando informações do Banco Central, houve uma queda de cerca de 2/3 no valor do spread.

Tabela 8

Spread e eficiência 1994-2003

Ano	Spread médio*	Spread PJ**	Spread PF**	Eficiência*
1994	139,22	100,18	176,69	12,73%
1995	127,34	97,05	155,87	9,96%
1996	56,37	43,26	84,37	8,55%
1997	63,26	45,09	93,5	7,31%
1998	58,44	41,29	92,25	7,11%
1999	43,2	29,34	69,15	6,65%
2000	36,11	21,57	49,68	5,73%
2001	39,95	24,38	50,99	5,29%
2002	42,46	24,97	54,51	4,84%
2003	41,52	26,44	50,85	4,78%

Fonte: Banco Central para Spread e Austin Assis

* Tomando como parâmetro o spread médio de recursos livres, e usando informações do banco central, houve uma queda de cerca de 2/3 no valor do spread. Eficiência: índice de despesas de pessoal e outras despesas administrativas sobre o total de ativos.

** PJ: Pessoa Jurídica; PF: Pessoa Física.

Uma ressalva quanto à melhoria na eficiência do setor bancário é que esta parece ter ocorrido apenas em relação à eficiência de intermediação e não à eficiência de resultados. Adelino & Paula (2006, p. 18) avaliam se, de fato, as fusões e aquisições vistas no mercado financeiro na última década melhoraram a eficiência dos bancos que as vivenciaram. Para tanto, foi utilizada uma técnica não-paramétrica DEA (Análise Envoltória de Dados). Os resultados obtidos mostram que houve uma melhora na eficiência de intermediação para todos os seis bancos analisados, enquanto que somente dois deles apresentaram melhora na

eficiência de resultados. Mostram, também, um amplo espectro de retornos constantes de escala, que se situa numa faixa entre R\$ 30-40 bilhões e R\$ 100 bilhões.

1.5 - Evolução do SFN até 2002: a visão do Banco Central.

De acordo com o Banco Central, o processo de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro após o Plano Real ocorreu de forma progressiva, e, resumidamente, envolveu:

- a decretação de regime especial em 57 instituições bancárias no período de 1.7.1994 a 30.9.2002;
- o saneamento de instituições mediante a venda de parcela de ativos e passivos ou a transferência de controle, envolvendo recursos do Proer;
- as privatizações e os saneamentos dos bancos públicos estaduais, que resultaram na redução da participação do setor público estadual no sistema financeiro;
- o programa de fortalecimento das instituições públicas federais, realizado principalmente pela troca com a União de ativos de baixa liquidez e remuneração por outros ativos mais líquidos, e pelos aumentos de capital realizados pelo Tesouro Nacional;
- a entrada de grupos financeiros internacionais através da aquisição de bancos com problemas e bancos em atividade normal, da associação com instituições nacionais e da aquisição de instituições públicas estaduais através de participação em leilões de privatização; e
- aquisição do controle de instituições de pequeno e médio porte por grandes conglomerados financeiros.

Resumindo, no período analisado, a estrutura do setor bancário foi fortemente alterada. O número de bancos registrou expressiva redução, principalmente nos segmentos de bancos estaduais e de instituições privadas nacionais, enquanto houve um aumento na quantidade de bancos estrangeiros (tabela 9). Como consequência dessa transformação, observaram-se mudanças significativas na evolução das contas patrimoniais do sistema - patrimônio líquido, ativos totais, operações de crédito e depósitos (tabelas 10 a 13).

Tabela 9

Número de Instituições por controle de capital

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos Públicos	32	32	32	27	23	19	19	16	14
Bancos Privados	214	210	199	190	180	175	176	166	157
Nacionais	176	173	159	145	122	108	107	96	92
Estrangeiros	38	37	40	45	58	67	69	70	65
Total de Bancos	246	242	231	217	203	194	195	182	171

Fonte: Cosif - Deorf/Copec

Tabela 10

Participação percentual das instituições no patrimônio da área bancária

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos Públicos	34,3	36,8	33,5	32,8	27,2	26,5	19,8	16,5	16,4
Bancos Privados	65,7	63,2	66,5	67,2	72,8	73,5	80,2	82,5	83,6
Nacionais	56,1	49,9	56,1	52,7	50,6	47,6	51,3	52,1	50,4
Estrangeiros	9,6	13,3	10,4	14,5	22,2	25,9	28,9	31,4	33,2
Total de Bancos	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cosif - Deorf/Copec

Tabela 11

Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos Públicos	51,5	52,3	51,1	50,2	46,1	43,3	36,9	32,3	33,3
Bancos Privados	48,5	47,7	48,9	49,8	53,9	56,7	63,1	67,7	66,7
Nacionais	41,3	39,3	39,1	36,9	35,4	33,4	35,5	37,6	36,3
Estrangeiros	7,2	8,4	9,8	12,9	18,5	23,3	27,6	30,1	30,4
Total de Bancos	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cosif - Deorf/Copec

Tabela 12

Participação percentual das instituições nos depósitos da área bancária

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos Públicos	56	58,1	61,4	59,4	51,5	51	44,4	43,8	43,4
Bancos Privados	44	41,9	38,6	40,6	48,5	49	55,6	56,2	56,6
Nacionais	39,4	36,5	34,2	33	33,3	32,1	34,2	35,8	36,1
Estrangeiros	4,6	5,4	4,4	7,6	15,2	16,9	21,4	20,4	20,5
Total de Bancos	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cosif - Deorff/Copec

Tabela 13

Participação percentual das instituições nas operações de crédito da área bancária

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun
Bancos Públicos	59,3	62,3	58,4	52,6	53,7	48	39,6	25,2	28,1
Bancos Privados	40,7	37,7	41,6	47,4	46,3	52	60,4	74,8	71,9
Nacionais	35,5	32	32,9	35,6	31,3	32	34,9	42,8	41,3
Estrangeiros	5,2	5,7	8,7	11,8	15	20	25,5	32	30,6
Total de Bancos	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cosif - Deorff/Copec

Segundo relatório do Banco Central (2002): “As forças que atuam endogenamente no SFN mantiveram, no ano de 2002, a mesma dinâmica verificada nos anos anteriores, apontando no sentido da consolidação do processo de reorganização deflagrado com a estabilização monetária de meados dos anos 90... Portanto, esse reordenamento estrutural inaugurou, além de uma fase de ajustamento na gestão dos negócios, um período de aquisições e incorporações focadas em economias de escala, cujos efeitos se fizeram sentir no índice de concentração do sistema, como fartamente noticiado pela imprensa. Entretanto, tal concentração, longe de traduzir-se em prejuízo para a concorrência no SFN, com restrições para o usuário final dos serviços financeiros, contribuiu para a elevação das taxas de investimento no setor, indispensável para a adequação do nível de competitividade no mercado financeiro face à demanda crescente e à necessidade de disputar palmo a palmo espaços nos diversos segmentos que o compõem, acarretando melhoria da auto-sustentação das instituições. Resultou daí a melhoria da eficiência do sistema e, conseqüentemente, a contrapartida de qualidade na prestação de serviços à sociedade. Nesse período foram significativos os investimentos em tecnologia, reengenharia de processos, racionalização e

disponibilização de serviços, etc., cujo efeito mais flagrante pode ser observado na automação dos serviços, com reflexos sobre o atendimento ao público.”

I.6 - Filtrando o Acesso ao Mercado – Res. 3.040/02

Dando continuidade ao processo de adaptação das normas e práticas do sistema financeiro brasileiro a padrões internacionalmente reconhecidos o Banco Central promove, no ano de 2002, avanços significativos no que tange principalmente a revisão e a atualização das normas que tratam de concessão de autorização para funcionar e de transferência de controle de instituições financeiras, que representam importantes inovações para o mercado doméstico.

De acordo com relatório do Banco Central (2002, p. 25)²: A Resolução 3.040 foi editada com o objetivo de aprimorar e adequar, aos interesses da sociedade e aos parâmetros internacionalmente aceitos, a estrutura regulamentar básica relativa à concessão de autorizações para o funcionamento de novas instituições no SFN, admissão de controladores e outros assuntos de reorganização societária, abrangendo processos de mudança do objeto social, cisão, fusão, incorporação e cancelamento da autorização para funcionamento, assuntos anteriormente disciplinados pelo Regulamento Anexo 1 à Resolução 2.099, de 1994.

Com a Resolução 3.040 institui-se a necessidade de apresentação, ainda na etapa de constituição, de um estudo de viabilidade econômico-financeira, de um plano de negócios e

² Para acessar o relatório na íntegra consultar o site do Banco Central www.bcb.gov.br

de uma definição dos padrões de governança corporativa a serem observados pelo BC. Permitindo assim, a análise de elementos capazes de delinear a trajetória do empreendimento nos seus primeiros anos de funcionamento, assegurando ao Banco Central do Brasil o acompanhamento mais consistente das novas instituições.

Segundo relatório do Banco Central (2002, p. 26): A adoção de todas essas medidas estabelece um novo modelo de acesso ao SFN, em linha com as práticas internacionalmente aceitas e com as diretrizes recomendadas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia. Com base nessas novas diretrizes, o exame dos processos em questão não será pautado essencialmente por parâmetros quantitativos, mas pela viabilidade econômica de cada empreendimento e pelo que agregará ao sistema financeiro em termos de eficiência e de satisfação das demandas da sociedade brasileira.

Dados do Banco Central apontam que ao longo do ano de 2002, o número de instituições em funcionamento no SFN, não considerando aquelas voltadas às atividades de microfinanças e consórcios, diminuiu de 724 para 689 (Tabela 14). Esse comportamento reflete um contínuo processo de adequação das instituições do SFN a um cenário de estabilidade monetária e à mudança de enfoque da supervisão da Autoridade Monetária que passou a ser pautado em um modelo prudencial e centrado no risco. A conjugação desses fatores determinou o comportamento dos agentes que, por sua vez, produziu alterações na estrutura do SFN.

Tabela 14

Quantidade de empresas em funcionamento

TIPO/dez	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
BM	206	210	205	191	179	173	168	163	153	143
BC (a)	35	34	35	38	36	28	25	28	28	23
BD	7	6	6	6	6	6	5	5	4	4
BI	17	17	17	23	22	22	21	19	20	23
C E	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
SAM	67	72	78	74	78	80	79	77	71	65
SCFI	41	41	42	47	48	42	41	42	39	46
SCI/APE (b)	27	27	23	22	22	21	19	18	18	18
C H	-	-	-	3	3	4	6	7	7	6
SCTVM	285	240	227	219	200	192	192	186	177	160
SCC	(d)	40	44	36	37	36	38	39	41	42
SDTVM	378	367	323	281	235	207	186	173	156	149
AG. FOMENTO (e)	-	-	-	-	-	-	5	8	9	9
1º sub-total:	1.065	1.056	1.002	942	868	813	786	766	724	689
COOP (c)	877	946	980	956	1.015	1.088	1.183	1.235	1.333	1.374
SCM (f)	-	-	-	-	-	-	3	6	14	26
2º sub-total:	1.942	2.002	1.982	1.898	1.883	1.901	1.972	2.007	2.071	2.089
ADM. CONS.	485	490	462	446	433	422	406	404	397	375
3º sub-total:	2.427	2.492	2.444	2.344	2.316	2.323	2.378	2.411	2.468	2.464
REG. ESP. (g)	82	87	98	82	89	89	97	84	97	109
Total:	2.509	2.579	2.542	2.426	2.405	2.412	2.475	2.495	2.565	2.573

Observações:

a) inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros;

b) inclui sociedades de crédito imobiliário/repassadoras que não podem captar recursos junto ao público;

c) Exclui, a partir de dez/97, instituições autorizadas que ainda não entraram em funcionamento;

d) em 1993, o total das SCCTVM inclui as SCC;

e) em Jan/1999 foi constituída a 1ª Ag. Fomento, nos termos da Res. 2.574, de 17.12.1998;

f) em Out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Res. 2.627, de 2.8.1999;

g) inclui instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC e Administradoras de Consórcio.

Fonte: CADINF-DEORF/COPEC

Neste contexto, destacam-se os movimentos opostos dos bancos múltiplos e bancos comerciais, de um lado, e dos bancos de investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento, de outro. Enquanto os primeiros, que são as instituições mais

representativas do SFN pelo seu porte, tiveram canceladas 15 autorizações para funcionamento, no segundo grupo, 10 novas instituições foram autorizadas a funcionar.

De acordo com o Banco Central no ano de 2002 foram autorizadas a funcionar no segmento bancário apenas duas novas instituições: o Banco De Lage Landen Financial Services Brasil S.A. (banco múltiplo nacional) e o Banco Westlb do Brasil S.A. (banco comercial nacional, constituído a partir do patrimônio da filial no País do Banco Europeu para a América Latina - BEAL), mesmo número autorizado para esse segmento em 2001. Isso mostra que a continuidade do processo de ajuste nesse segmento ainda afeta eventuais projetos de ingresso de novos empreendimentos no sistema.

Ainda em 2002 neste segmento, 14 instituições tiveram canceladas as respectivas autorizações para funcionar, destacando-se aqueles decorrentes de incorporação patrimonial e de saída do sistema.

Os números acima sinalizam a mudança da atuação dos agentes no mercado financeiro. Enquanto, nos anos prévios observou-se o assédio do capital estrangeiro às instituições financeiras nacionais, atraído pelo público bancarizável de cerca de 40 milhões de pessoas e pelas condições economicamente atrativas de mercado, o ano de 2002 foi marcado pela relativa diminuição desses investimentos, resultando na redução da demanda de grupos financeiros estrangeiros por instituições nacionais.

Assim, em 2002, ocorreram alienações de controle ou transferência de carteiras de instituições com capital externo para instituições nacionais, ou, ainda, retração nos planos de crescimento dessas instituições, as quais passaram a concentrar suas atividades em nichos de mercado estrategicamente definidos. Ademais, nesse processo, o espaço deixado

pelos bancos estrangeiros tem sido ocupado por bancos médios nacionais, com estrutura de agências similares, porém direcionada ao atendimento de pequenas e médias empresas.

Esse movimento espelha a dinâmica inerente ao mercado financeiro que combina tanto a contínua expansão das instituições como a especialização em segmentos (nichos) desse mercado.

O exame da evolução do SFN com base nas autorizações para funcionamento de novos intermediários financeiros revela a sucessão de transformações nesse setor. Assim, considerando o movimento de criação e cancelamento de carteiras de instituições singulares e múltiplas, ou seja, o perfil segmentado do SFN por atividade financeira (Tabela 15), observou-se a eliminação de 213 carteiras, restando 431 unidades ao final do ano, destacando-se as de arrendamento mercantil, as de crédito, financiamento e investimento e comercial, com redução de 72, 52 e 39 carteiras, respectivamente.

Tabela 15

INSTITUIÇÕES EM FUNCIONAMENTO

Considerando-se as instituições singulares e as carteiras de mesmo tipo

DATA	dez/99	jun/00	dez/00	jun/01	dez/01	jun/02	dez/02
COMERCIAL	175	174	173	167	160	147	144
INVESTIMENTO	126	126	123	120	121	119	120
DESENVOLVIMENTO	18	18	17	17	15	14	13
SCI	77	75	73	75	74	72	72
SCFI	182	178	176	170	169	162	163
SAM	103	108	109	107	105	101	98
TOTAL	681	679	671	656	644	615	610

Fonte: COSIF - DEORF/COPEC

A retração do número de instituições financeiras tradicionais vem sendo contraposta pelo movimento de expansão dos empreendimentos relacionados com microfinanças, a

exemplo de cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor, aliado ao aumento do número de correspondentes bancários contratados pelas instituições financeiras tradicionais. Não obstante o próprio dinamismo desses empreendimentos, que apresentou taxa média de crescimento de 14% nos anos recentes, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas regulamentares com vistas a favorecer a disseminação da prestação de serviços característicos de microfinanças.

Quando um setor da economia da importância do SFN passa por um processo significativo de ajustamento como o que vem ocorrendo, o movimento produzido por uma operação de compra e venda em particular desencadeia uma série de outros movimentos no sentido de reordenar o mercado, atingindo as instituições concorrentes e potenciais concorrentes. Esse movimento assume uma componente inercial bastante perceptível. Se uma instituição financeira adquire uma outra, os seus concorrentes imediatos passam também a disputar novos espaços no mercado, num processo contínuo até que novo ponto de equilíbrio seja atingido, veremos exemplos mais adiante com o estudo de caso do Itaú. Entretanto, como tais movimentos impõem custos adicionais, tanto para as empresas que já estão no mercado, quanto para novos empreendimentos que pretendem nele ingressar, muitos concorrentes se vêem na contingência de rever seus investimentos, planos de negócios ou até mesmo mudar de segmento de mercado, o que atinge também aos concorrentes potenciais que atuam em outros nichos e aos capitais que se encontram fora do sistema e pretendem nele ingressar.

O número de bancos no SFN apresentou queda de 8,2% em 2002 em comparação com a posição do ano anterior. A tabela 16 apresenta a distribuição desses bancos em função do tamanho de suas redes de agências, agrupadas por faixas.

Tabela 16

Distribuição Percentual dos Ativos, PL, OP. de crédito e depósitos.

Conforme Ranking das agências							
	AGÊNCIAS	1994	1996	1998	2000	2001	2002
Nº de Instituições	Acima de 1000	5	5	4	4	4	4
	De 500 a 999	2	4	4	4	4	4
	De 200 a 499	11	7	8	9	10	10
	De 100 a 199	10	9	10	8	5	4
	De 50 a 99	9	10	10	11	11	12
	De 10 a 49	35	32	21	10	7	6
	Até 9	174	164	146	146	141	127
	TOTAL	246	231	203	192	182	167
	AGÊNCIAS	%	%	%	%	%	%
ATIVOS	Acima de 1000	45,79	41,76	47,48	33,27	43,25	45,01
	De 500 a 999	9,02	17,03	11,69	16,72	13,73	14,35
	De 200 a 499	14,66	6,75	8,38	10,58	11,6	11,64
	De 100 a 199	5,62	5,9	8,06	6,55	2,36	2,53
	De 50 a 99	5,69	6,82	5,59	6,23	8,26	7,65
	De 10 a 49	8,37	8,11	6,32	2,61	1,36	0,84
	Até 9	10,85	13,63	12,48	24,04	19,44	17,98
	TOTAL	100	100	100	100	100	100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Acima de 1000	45,73	43,26	35,12	45,62	31	29,82
	De 500 a 999	5,52	11,94	14,61	13,51	15,16	15,45
	De 200 a 499	12,23	7,67	10,19	10,19	10,49	9,71
	De 100 a 199	6,3	6,22	7,73	4,96	3,35	4,79
	De 50 a 99	5,07	4,19	4,39	7,75	7,13	9,44
	De 10 a 49	9,32	8,11	10,11	1,93	1,86	1,16
	Até 9	15,83	18,61	17,85	16,04	31,01	29,63
	TOTAL	100	100	100	100	100	100
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Acima de 1000	52,76	47,2	56,56	49,84	40,03	36,62
	De 500 a 999	9,24	17,76	9,79	12,8	15,84	17,14
	De 200 a 499	15,48	7,88	4,4	7,17	11,53	12,32
	De 100 a 199	5,3	5,88	8,66	5,98	2,67	2,16
	De 50 a 99	4,52	4,72	4,33	6,99	8,64	9,16

	De 10 a 49	7,16	8,85	7,4	3,33	3,42	2,59
	Até 9	5,54	7,71	8,86	13,89	17,87	20,02
	TOTAL	100	100	100	100	100	100
DEPÓSITOS	Acima de 1000	51,97	51,68	54,36	54,07	53,55	53,03
	De 500 a 999	7,48	14,39	10,6	11,64	12,08	14,88
	De 200 a 499	16,27	9,06	10,2	11,52	13,64	13,91
	De 100 a 199	5,23	5,84	7,33	4,64	2,47	2,82
	De 50 a 99	5,3	4,82	5,16	6,33	6,28	5
	De 10 a 49	7,5	6,7	5,44	2,14	2,17	1,21
	Até 9	6,25	7,51	6,91	9,66	9,81	9,15
	TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: CADINF / COSIF - DEORF/COPEC

Verifica-se que o conjunto dos quatro bancos com maiores redes de agências (acima de 1000) teve reduzida sua participação no total das operações de crédito, de 40,03% em 2001 para 36,62% ao final de 2002. Por outro lado, o grupamento dos bancos com as menores redes (até 9 agências), cujo número apresentou redução de 9,9%, foi responsável por 20,02% das operações de crédito, ante uma participação de 17,87% em 2001. Infere-se, a partir desses dados que, comparativamente aos demais subconjuntos de bancos formados pelo critério do tamanho da rede de agências, aquele constituído pelas instituições com as menores redes continua atuando, com maior eficiência, em nichos de mercado específicos, o que, dado o acirramento da competição que se tem verificado entre as maiores instituições do SFN, deve ser considerado como uma opção lógica de mercado.

Essas forças têm atuado primordialmente nos segmentos representados pelos bancos múltiplos, bancos comerciais e bancos de investimento. Entretanto, outros segmentos também experimentaram, ainda que em menor amplitude, o reflexo desse movimento, como é o caso daqueles em que operam empresas especializadas na administração de recursos de terceiros (asset management), representadas, no sistema financeiro, além dos

bancos de investimento, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (as quais, premidas pela dinâmica do mercado, vêm mudando, nos últimos anos, seu nicho original de atuação). Também reagiu a esse movimento o segmento das sociedades de arrendamento mercantil (leasing).

Paralelamente a esse processo, segmentos bastante dinâmicos do SFN também vêm, ainda que indiretamente, acusando os reflexos desse reordenamento do sistema, ainda que sob o efeito de forças distintas. Tais segmentos, representados pelas cooperativas de crédito e pelas sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), com características organizacionais e operacionais próprias, bastante diferenciadas comparativamente àquelas acima citadas, vêm experimentando nos últimos anos o efeito de mudanças regulamentares introduzidas pelo Banco Central no seu funcionamento com o propósito de permitir-lhes maior dinamismo e capacidade de assimilação das novas tendências do mercado.

Enfim, são essas as forças que têm atuado no SFN, cuja dinâmica dá-se em continuidade ao processo iniciado nos anos anteriores. No segmento bancário, o ingresso de instituições de origem estrangeira, admitidas como fator importante para o saneamento do sistema pós-Plano Real, produziu movimentos que têm perpetuado até hoje. Em resposta a esse fato, as instituições financeiras nacionais passaram a disputar agressivamente posições no mercado, por meio de aquisições focadas na elevação de escala (crescimento horizontal), acesso a novos nichos (crescimento vertical) ou, ainda, a remanejar seus investimentos, mediante permuta de um segmento do mercado por outro ou, em última instância, saída do mercado.

Vamos analisar no próximo capítulo a postura do Banco Itaú S.A. nessa disputa por posições no mercado onde se consolidou no ano de 2003 em uma nova estrutura organizacional: A Itaú Holding Financeira S.A.

Capítulo II

Estudo de caso: Banco Itaú ou Holding

Com o plano real e a reversão na trajetória inflacionária cessaram as oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos. O sistema bancário entrou em fase de adaptações e de ajustamento para este novo ambiente, que englobou além de uma mudança no seu padrão de rentabilidade, um ajuste na estrutura patrimonial e operacional dos bancos, incluindo um processo de fusões e incorporações.

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes do processo de consolidação bancária no país, já que caracterizou um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do “distress” bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações para fortalecimento do setor bancário.

A reação dos grandes bancos privados nacionais – em particular, Bradesco, Itaú e Unibanco – à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&A bancárias é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil.

Buscando compreender se esta onda de fusões e aquisições, que resultou na mudança de estrutura de bancos múltiplos para holdings financeiras, obteve sucesso em

aumentar as taxas de rentabilidade dos bancos que aderiram a elas escolhemos o segundo maior banco privado do país para estudo de caso.

II.2 História Institucional - 1988 a 2002

Respondendo aos desafios impostos pelas mudanças no cenário financeiro nacional e internacional o Itaú passou por diversos processos de aquisição e expansão ao longo das duas últimas décadas.

Em 1988, após a promulgação da Resolução 1.521/88, o Itaú se organiza como Banco Múltiplo, centralizando, em carteiras, as operações que antes eram realizadas por empresas distintas no grupo.

Em 1989, dando seqüência a seu processo de internacionalização³ (iniciado cerca de dez anos antes) e procurando ampliar sua participação no mercado europeu, a Itaúsa fundou a Itaúsa Portugal – Sociedade de Investimentos.

Em 1991, ampliando a segmentação da atuação no mercado de varejo o Itaú cria o Private Bank para atender pessoas físicas de grandes recursos.

Dando seqüência à sua atuação internacional, em 1994 a Itaúsa Portugal constitui o Banco Itaú Europa S.A., localizado em Lisboa e voltado especialmente para as operações de comércio exterior. O Itaú também expande, neste mesmo ano, sua atuação na Argentina. A antiga agência Buenos Aires é convertida no Banco Itaú Argentina S.A.

³ Para saber mais sobre o processo de internacionalização bancária ver ANDREATTA & PAULA (2004)

Em 1995 inicia-se um novo período de aquisições, o Itaú assume o controle acionário do Banco Francês e Brasileiro S.A., reforçando sua posição no segmento de clientes de alta renda, tesouraria e *corporate banking*. Surge o Itaú Personnalité.

Em 1997 o Itaú amplia sua capacidade de atender clientes e investidores nos mercados financeiros internacionais, adquirindo o Banco Itaú Europa Luxembourg (ex-Bamerindus Luxembourg), controlado pela holding Itaúsa Portugal. Ainda em 1997, no primeiro leilão de privatização de bancos estaduais, o Itaú adquire o Banco Banerj S.A., fortalecendo sua atuação no mercado do Rio de Janeiro.

Em 1998 adquire o controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – Bemge, aumentando significativamente sua presença neste estado. No mercado argentino, o reforço da atuação vem com a aquisição do Banco Del Buen Ayre incorporado ao Itaú Argentina, atual Itaú Buen Ayre.

Em novo leilão de privatização, em 2000, o Banco Itaú adquire o controle acionário do Banco do Estado do Paraná S.A. – Banestado, passando a deter a maior participação de mercado no Paraná.

No final do ano de 2001, foi a vez do Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG) ser privatizado. O Itaú com mais essa aquisição consolida a expansão pela incorporação de bancos estaduais.

No final de 2002 o Itaú anuncia a associação com o BBA Creditanstalt criando o Itaú BBA, maior banco de atacado do país.

Finalmente, em 2003, o Banco Itaú S.A. anuncia uma reorganização societária, culminando na criação do Banco Itaú Holding Financeira S.A., que passou a controlar as empresas financeiras do conglomerado.

II.2 Estrutura acionária – A Holding Financeira

O Banco Itaú Holding Financeira S.A. propriamente dito surgiu em 24 de março de 2003, como resultado de uma reorganização societária do Banco Itaú, surgido em 1945. Além do Banco Itaú (Itaú Agências, para pessoas físicas), controla também o Itaú Personnalité (pessoas físicas de alta renda), Itaú Private Bank (pessoas físicas de alto patrimônio), Itaú BBA (empresas de grande porte) e Taií (financeira). O Banco Itaú Holding Financeira S.A., por sua vez, é controlado por uma holding maior, a Itaúsa - Investimentos Itaú. Na tabela abaixo vemos a configuração do grupo Itaúsa.

Itaúsa - Investimentos Itaú

Área **Banco Itaú Holding Financeira** • Itaú BBA • Itaured • Itaúsa Europa
financeira: Investimentos • Itaú Consórcios • Itaucard • Taií

Área
industrial: Duratex • Deca • Elekeiroz • Itautec

Área cultural: Fundação Itaú Social • Instituto Itaú Cultural • Itaú Numismática

Área
imobiliária: Itaúsa Empreendimentos

Em 2002, o Itaú adquire 95.75% do Banco BBA-Creditanstalt S.A., criando o Banco Itaú-BBA S.A., o maior banco de atacado do país. Ainda esse ano, o Itaú realiza aliança com a Fiat Automóveis S.A., comprando 99,99% do Banco Fiat S.A., maior banco ligado a montadoras no país.

Até o ano de 2003, o Banco Itaú S.A. controlava todas as operações brasileiras do Grupo Itaúsa na área financeira. Visando uma melhor organização do conglomerado, em novembro de 2002 teve início uma reforma societária, que passaria o controle acionário para o Banco Itaú Holding Financeira. As empresas ligadas aos negócios financeiros ficariam sob controle do Banco Itaú Holding Financeira S.A., portanto o Banco Itaú S.A. passou a ser uma subsidiária do Banco Itaú Holding Financeira. A reorganização societária foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 2003.

O Banco Itaú Holding Financeira abriga empresas que atuam exclusivamente na área de serviços financeiros, tendo como suas principais subsidiárias o Banco Itaú S.A., cobrindo os principais segmentos do mercado, e o Banco Itaú-BBA S.A., especializado no atendimento a grandes corporações. A criação do Banco Itaú-BBA por meio da associação com o Banco BBA Creditanstalt foi muito importante. Nesse período também foi concluída a integração da Fináustria e do Banco Fiat e assinado o contrato para a aquisição das operações de seguro vida, previdência privada e administração da AGF Brasil Seguros, sendo que os seus saldos patrimoniais já se apresentam nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco Itaú Holding em 31 de dezembro de 2003.

Segundo o então vice-presidente Roberto Setúbal (Relatório Anual 2003 Itaú, p. 20): “Para o Itaú, 2003 foi um ano de conquistas. Consolidamos importantes decisões estratégicas que contribuirão para que continuemos a obter resultados consistentes e sustentáveis no futuro.

A reestruturação societária que deu origem ao Banco Itaú Holding Financeira S.A. concede maior flexibilidade estrutural e estabelece as condições para que as mais importantes unidades de negócios possam trabalhar de forma autônoma, articuladas e coordenadas pelo Itaú. Essa estrutura cria condição para o Itaú

atingir, nos próximos anos, maior dimensão e diversificação de negócios, sempre na área de serviços financeiros.

A associação com o BBA Creditanstalt – a cujas operações se agregaram as da Itaucorp, área de atendimento a grandes corporações do Banco Itaú – criou o Banco Itaú-BBA, que já nasceu como o maior banco de atacado brasileiro, aliando a especialização do BBA à competência do Itaú na prestação de serviços e em operações financeiras.

A aquisição da Fináustria do grupo BBA e a conclusão da aliança estratégica com a Fiat Automóveis, que resultou na aquisição do Banco Fiat, permitiram ao Itaú fortalecer sua posição no mercado de financiamento, leasing e consórcio de automóveis, graças à integração dessas empresas com estrutura do Itaú. Da mesma forma, o contrato

firmado com a AGF intensifica nossas operações de seguro de vida, previdência privada e administração de fundos, levando-nos a fortalecer as destacadas posições que ocupamos nesses setores.”

II.3 Análise Econômica

Buscando entender se houve efetivamente aumento da rentabilidade do Itaú com o processo de “holdingização”, analisaremos a evolução de seus indicadores econômicos como Banco e como Holding de 2003 (ano em que se consolidou a mudança para o formato de Holding) até 2007.

Tabela 17

Adequação do Capital

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Adequação do Capital										
Capitalização	11,2%	10,2%	13,7%	12,7%	10,9%	7,2%	8,3%	7,0%	6,1%	4,5%
Imobilização	27%	22%	18%	19%	13%	45%	37%	40%	31%	29%
Capital de Giro	73%	78%	82%	81%	87%	55%	63%	60%	69%	71%
Alavancagem	8,46	9,32	7,02	7,51	8,44	12,95	11,22	13,68	15,65	20,41

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubank.com.br

Podemos notar melhorias consistentes nos indicadores de adequação de capital da Itaú holding e do Itaubanco com diminuição da imobilização e aumento do capital de giro. A diferença de patamar de capitalização entre a Itaú Holding e o Itaubanco se devem, sobretudo, às variações do patrimônio líquido. Enquanto de 2003 a 2007 o PL da holding cresceu 144% o do Itaubanco cresceu apenas 79,4.

Tabela 18

Liquidez

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Liquidez										
Encaixe	22%	18%	17%	20%	16%	21%	17%	16%	19%	14%
Dependencia do Interbancário	1,1%	0,5%	0,6%	1,2%	0,6%	1,4%	2,9%	3,2%	3,9%	7,7%
Liquidez Corrente	107%	121%	133%	134%	132%	105%	121%	133%	139%	127%
Gap de Prazo	78%	59%	53%	51%	53%	86%	59%	54%	52%	65%
Liquidez imediata	98%	87%	80%	73%	84%	94%	89%	82%	85%	91%

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubr.com

Quanto aos indicadores de liquidez notamos o aumento da liquidez corrente em e redução do gap de prazo em ambas as instituições ao longo da série. O descompasso se apresenta na dependência do interbancário, enquanto a Holding apresenta uma melhoria considerável de 2003 a 2007 o Itaubanco apresenta uma piora representativa, pois sua captação total (passivo menos patrimônio líquido) cresceu 187% no período, enquanto os depósitos interbancários cresceram mais de 1400%.

Tabela 19

Qualidade do Ativo

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Qualidade do Ativo										
Inadimplência	13%	10%	10%	13%	9%	17%	14%	13%	15%	12%
Cobertura com Provisões	-64%	-66%	-69%	-70%	-75%	-55%	-62%	-67%	-70%	-72%
Comprometimento	33%	27%	30%	34%	29%	50%	41%	48%	55%	52%

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubanco.com.br

É visível a tendência de redução da inadimplência tanto na Itaú Holding quanto no Itaú Banco com queda de quatro e cinco pontos percentuais respectivamente de 2003 a 2007. O comprometimento do Itaú Banco mantém-se mais elevado que o da Itaú Holding ao longo dos anos devido ao crescimento menos acelerado do Patrimônio Líquido. Enquanto as operações de crédito de liquidação duvidosa de ambos aumentou cerca de 115% de 2003 a 2007, o patrimônio líquido da holding cresceu 144% contra apenas 79,4% do Itaú Banco.

Tabela 20

Custo

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Custo										
Intermediação	-3,3%	-4,5%	-5,5%	-6,3%	-4,2%	-3,7%	-6,1%	-6,3%	-6,2%	-5,0%
Pessoal	-3,0%	-2,4%	-3,5%	-2,6%	-2,1%	-3,2%	-3,2%	-3,4%	-2,4%	-1,8%
Administrativo	-4,4%	-3,6%	-3,8%	-3,2%	-2,4%	-4,7%	-4,2%	-4,1%	-2,9%	-2,2%
Custo Total	-12%	-12%	-15%	-13%	-10%	-13%	-15%	-15%	-13%	-10%

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubanco.com.br

A política de redução e racionalização de custos se mantém ao longo da série e podemos notar a considerável melhora na eficiência (overhead ratio) tanto do Itaú Banco

quanto da Itaú Holding no decorrer dos anos. Os ganhos com aumento de escala parecem ter permitido que a receita com serviços crescesse mais que as despesas de pessoal.

Tabela 21

Rentabilidade

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Rentabilidade										
Geração de Renda	13%	14%	14%	15%	11%	14%	15%	16%	14%	11%
Margem Bruta	48%	44%	40%	32%	37%	48%	40%	33%	29%	32%
Margem Operacional	57%	60%	53%	33%	54%	57%	53%	41%	32%	49%
Margem Líquida	16%	16%	19%	11%	20%	16%	11%	7%	-1%	8%
Rentabilidade do PL	27%	27%	34%	18%	29%	45%	29%	24%	-2%	27%
Retorno sobre Ativo	2,7%	2,9%	3,5%	2,1%	2,9%	3,0%	2,0%	1,4%	-0,1%	1,2%
Rentabilidade da Atividade Bancária	46%	50%	49%	22%	35%	80%	73%	70%	42%	70%

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubr.com.br

Notamos ao longo da série que o Itaúbanco acompanha a tendência da indústria bancária de queda das Margens líquida e operacional que parecem ser ocasionadas principalmente pela queda na taxa de juros já que a maior parte de sua receita é advinda de intermediações financeiras. A Itaú Holding, inversamente, consegue manter as margens operacional e líquida em patamares mais altos e equilibrados ao longo da série, exceto em 2006, ano da compra do Bank Boston que impactou na margem líquida e na rentabilidade do PL no ano de 2006 (o Itaú teve que amortizar parte do pagamento).

A rentabilidade da atividade bancária vem caindo, o resultado operacional cresce em menor proporção do que o patrimônio líquido.

Justamente para compensar estas perdas com a queda na taxa de juros, o Itaú buscou diversificar suas fontes de receita, aumentando a participação em segmentos onde historicamente operava timidamente, como crédito para consumo e financiamento para

micro e pequenos negócios. Considerando os indicadores de retorno do patrimônio líquido e retorno do ativo, o formato da Holding foi eficiente em garantir a rentabilidade.

Tabela 22

Gestão

	ITAÚ HOLDING					ITAÚBANCO				
	2003	2004	2005	2006	2007	2003	2004	2005	2006	2007
Gestão										
Spread	9,0%	8,8%	7,8%	7,7%	6,6%	10,2%	8,5%	9,0%	7,26%	6,1%
Taxa de Crescimento do PL	31%	18%	11%	51%	23%	-22%	18%	-2%	41%	11%

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubank.com.br

A redução do Spread acompanha a tendência de redução da Taxa Selic ao longo da série. Observamos uma queda de 12% na geração de renda e 20% na Itaú Holding, enquanto o Custo de intermediação subiu respectivamente 28% e 36%.

A taxa de crescimento do Patrimônio líquido dá um salto em 2003, provavelmente devido à compra do BBA e Banco FIAT, e em 2006 devido à compra do Bank Boston.

Ao analisar a série dos indicadores econômicos do banco Itaú e da Itaú Holding podemos concluir que a Holding conseguiu manter estáveis as taxas de retorno do ativo e do patrimônio, já o Itaú Banco apresentou queda na lucratividade do ativo. A composição das receitas do banco sugerem que estas quedas estão associadas ao fato de que ainda há dependência alta dos resultados com intermediação financeira, e que estes foram impactados nos últimos anos, pela queda na taxa de juros. É importante frisar que esta reestruturação permitiu ao banco Itaú obter ganhos de escala que se refletem em parte no aumento mais que proporcional das receitas com serviços em relação às receitas de

intermediação financeira. Não obstante, o processo de fusões e aquisições vivido pelo Itaú foi muito importante para manter sua competitividade no mercado. Assim podemos inferir que as fusões e aquisições vivenciadas pelo banco Itaú foram determinantes na manutenção de sua posição de segundo maior banco privado do país, (atrás do Bradesco) e de maior banco no quesito valor de mercado.

Capítulo III

Conclusão

O sistema bancário brasileiro foi marcado por grandes mudanças estruturais nas duas últimas décadas resultando em um sistema muito mais concentrado.

Passados mais de dez anos de estabilidade monetária e de reestruturação do mercado bancário, pode-se dizer que as novas estruturas mais oligopolizadas são sinônimo de maior solidez do sistema?

Considerando – se índices de mensuração de solidez, utilizados internacionalmente, que podem ser enxergados através de indicadores de adequação de capital e de qualidade do ativo, podemos concluir que sim, a concentração do sistema bancário obteve êxito em diminuir o risco de crises sistêmicas. Segundo dados do Banco Central as taxas de inadimplência dos maiores bancos no Brasil vêm caindo nos últimos anos. O índice de Basileia, que reflete a adequação de capital ponderada pelos riscos de crédito e de mercado das operações da instituição, demonstrou que os principais bancos do Brasil vêm melhorando suas relações de capital mínimo ponderado pelo risco das operações ativas como mostra a tabela 23. Ao longo dos anos os bancos vêm ampliando a folga em relação ao índice mínimo de 11% estipulado pelo Banco Central. A eficiência de intermediação do setor bancário também parece ter apresentado melhoria considerável ao longo do processo de consolidação do sistema financeiro como mostrou estudo de João Adelino e Luiz Fernando de Paula (2006, p. 13) onde todos os seis bancos analisados (dentre eles o Itaú e o

Bradesco) demonstraram evolução na eficiência de intermediação. Outro papel importante desta onda de fusões e aquisições parece ter sido o de possibilitar a sobrevivência e a manutenção da competitividade dos grandes bancos privados nacionais durante o processo de abertura do mercado nacional às instituições financeiras estrangeiras, garantindo-lhes escala e diversificação de serviços.

Tabela 23

Índice de Basileia dos maiores bancos privados* (%).

Bancos	jun/01	jun/02	jun/03	jun/04
Bradesco	13,3	14,3	16,4	18,1
Itaú	14,2	15,7	17,1	19,8
Unibanco	14,4	13,4	16,7	16,7
Santander Banespa	11,8	13,6	16,4	16,4
ABN AMRO	21,5	15	14,6	18,4
Safra	13,7	12,1	13,2	13,8
HSBC	12,6	12,3	12,3	13,2
Citibank	11,7	14,7	14,5	15,8
Votorantim	13,7	15,4	20,1	19,9
Bankboston	11,02	11,9	16,9	23,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

* 10 maiores bancos de acordo com o balanço de junho de 2003.

E quanto à rentabilidade do Itaú inserido nesta nova configuração? O formato de Holdings financeiras teve impacto considerável sobre sua rentabilidade?

Analisando os indicadores de rentabilidade do Itaubanco não foi possível concluir que houve ganho significativo de lucratividade com a alteração da estrutura acionária. Os retornos do Itaubanco sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo apresentaram respectivamente estagnação e queda no período de 2003 a 2007 acompanhando a trajetória dos outros grandes bancos brasileiros como mostra tabela 24. Já os retornos da Itaú Holding apresentaram leve crescimento de 10% e 8,3% de 2003 a 2007. A rentabilidade da atividade

bancária, tanto na Holding quanto no Itaúbanco, apresentou tendência de queda a partir de 2003.

Tabela 24

Lucratividade dos maiores Bancos no Brasil – 1998 a 2004 (%)

Mês/ano	ROA				ROE			
	BPF	BPN	BPE	Total	BPF	BPN	BPE	Total
jun/98	0,25	0,72	0,5	-0,02	5,52	7,95	6,34	-0,28
dez/98*	0,27	1,18	0,42	0,54	6,46	11,43	4,75	6,84
jun/99	0,26	1,16	1,11	1,11	6,41	11,48	11,38	13,04
dez/99	0,22	1,12	0,36	0,52	4,92	10,2	3,57	5,81
jun/00	0,18	1,21	0,36	0,6	4,32	11,38	4,03	7,08
dez/00	0,32	1,09	0,51	0,35	7,71	10,58	5,24	4,15
jun/01**	-1,69	1,26	0,98	0,25	-33,03	12,19	10,87	2,79
dez/01	0,18	1,34	0,94	0,48	3,83	12,27	10,12	5,24
jun/02	0,49	0,91	1,48	0,93	11,29	8,57	14,73	10,2
dez/02	0,52	0,98	1,84	0,94	12,45	10,39	16,54	10,75
jun/03	0,57	1,07	0,78	0,79	11,97	9,96	5,96	8,37
dez/03	0,54	0,73	0,75	0,74	11,47	7,07	5,59	8,03
jun/04	0,52	1,08	0,79	0,77	10,75	10,28	6,49	8,57
dez/04	0,62	1,59	0,48	0,93	11,55	14,19	3,77	9,62

Fonte: De Paula, L.F. & Marques, M. B. L. Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Brasil

(*) Exclui o ABN Amro cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Real.

(**) Exclui Santander cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

ROA: Lucratividade do ativo; ROE: Lucratividade sobre o patrimônio.

BPF, BPN e BPE: ver observações da Tabela 11.

Os resultados dos bancos brasileiros ainda são muito sensíveis às evoluções na taxa de juros, pois as suas receitas ainda são advindas majoritariamente das receitas com intermediação financeira. No caso do Itaú, a receita com intermediação financeira é três vezes maior que a receita de serviços. Considerando o cenário de queda recorrente das taxas de juros ao longo do período analisado (de 24,9% em dez/2002 para 11,8% em dez/2007), o Itaú precisou buscar formatos alternativos de receita de forma a garantir sua

rentabilidade mesmo com a queda nas receitas advindas de juros. Assim, a reestruturação em Holding serviria como alternativa para diversificar as fontes de receita através de aumento da produtividade e da eficiência, bem como dos serviços oferecidos. De fato, após a consolidação do Itaú banco em Itaú Holding as receitas com serviços que representavam apenas um quinto do volume das receitas com intermediação financeira, passaram a equivaler a um terço das mesmas em 2007, como podemos ver na tabela 25.

Tabela 25

(Em milhões de reais)	HOLDING						ITAU S.A					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita de Serviços	4.466	5.121	6.165	7.737	9.097	10.174	4.466	5.117	6.068	7.532	8.579	9.659
RIF	24.447	14.496	17.271	20.292	29.740	32.130	24.447	14.473	15.802	19.251	26.932	32.782
RIF/R.Serviços	5,5	2,8	2,8	2,6	3,3	3,2	5,5	2,8	2,6	2,5	3,1	3,4

Fonte: Criação Própria – dados www.itaubank.com.br

Assim sendo, podemos concluir que a migração para este novo formato foi uma estratégia bem sucedida do Itaú banco para garantir a manutenção da rentabilidade frente a um novo cenário de compressão das taxas de juros e queda na rentabilidade da atividade bancária. Não obstante, esta estratégia manteve-se também em linha com o projeto de internacionalização do Itaú. Ao longo do trabalho pudemos notar que as estruturas bancárias foram se alterando, durante as duas últimas décadas, sempre como resposta às mudanças no cenário econômico e político-institucional, em busca de novas formas de lucro que garantissem os retornos sobre seus ativos e patrimônios. Primeiramente isto era feito através das receitas inflacionárias, com a estabilização dos preços os ganhos foram direcionados para as altas taxas de juros através das intermediações financeiras. Atualmente, com a queda na taxa de juros os bancos têm buscado novas fontes de receita, através da diversificação dos serviços, das economias de escala e escopo que por sua vez

estão ligadas à ampliação vertical e horizontal das instituições, daí o interesse em se tornar uma Holding.

PAULA & AVELINO (2007, p. 15) analisaram a evolução da eficiência dos grandes bancos brasileiros que passaram por processos significativos de fusão e aquisição na última década. O trabalho concluiu que as instituições obtiveram êxito em absorver os ganhos com economias de escala e escopo (principalmente a partir de 2003) e que, dentre eles, as maiores instituições tiveram os melhores resultados, como mostram os gráficos 1 e 2 abaixo.

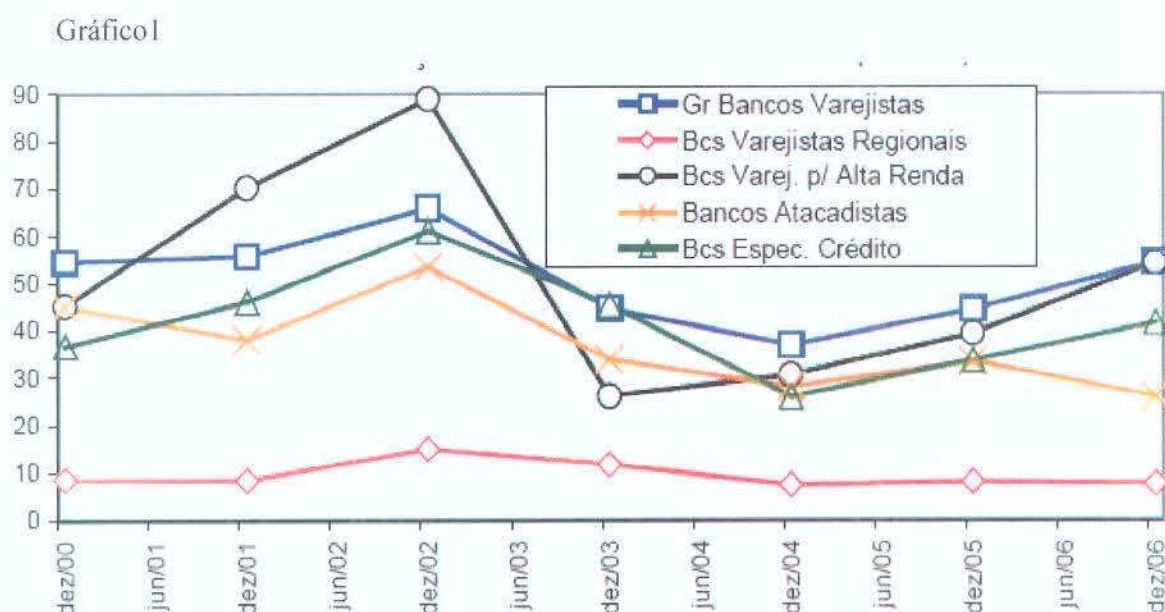
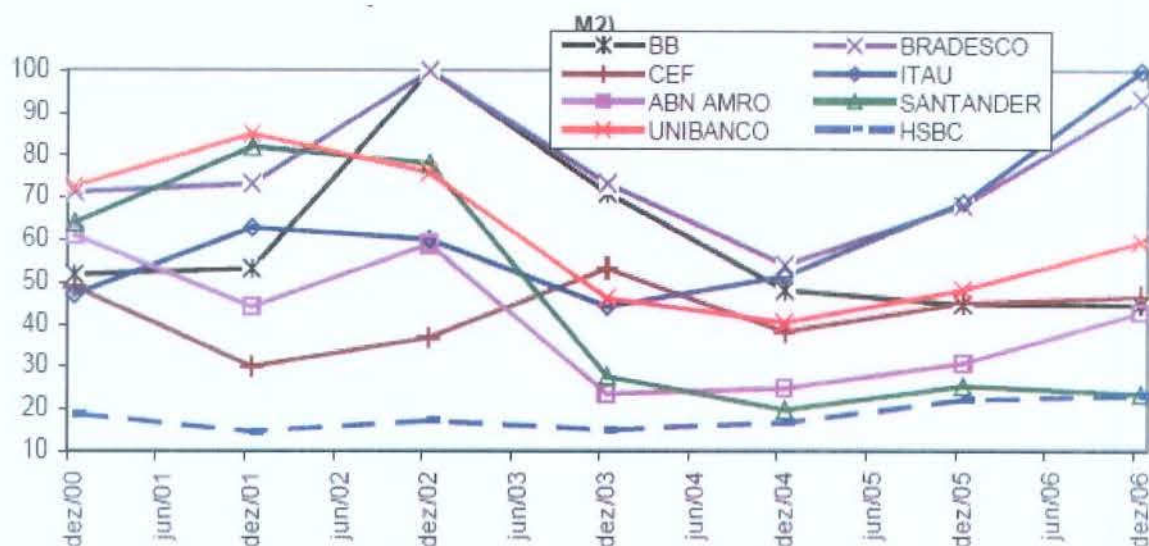


Gráfico2



Nas palavras de PAULA & AVELINO (2007, p. 19): “dentre os segmentos analisados, o que teve a melhor eficiência foi o segmento dos grandes bancos varejistas, com destaque para o Itaú e Bradesco, e o pior desempenho foi o segmento dos bancos varejistas regionais (e também do HSBC, um banco universal varejista de tamanho menor que os demais grandes bancos), o que parece evidenciar que o tamanho é uma variável importante do ponto da eficiência de bancos varejistas... Esses resultados sugerem que a opção de ser grande no mercado varejista parece ser vantajosa para um banco, em função principalmente do maior potencial de geração de receitas e lucros decorrentes da ampliação no volume de serviços ofertados e do aumento do potencial de vendas cruzadas para um banco que oferece um mix amplo de produtos e serviços bancários. Esses resultados estão em linha com aqueles encontrados por Faria et al (2007) relacionados à eficiência dos bancos que participaram das F&As bancárias no Brasil.”

Embora os indicadores de rentabilidade do Itaúbanko, calculados no capítulo II, não tenham assinalado melhorias nas margens operacional e líquida e nem nos retornos do ativo e do patrimônio líquido ao longo do período analisado, é importante ressaltar que os números consolidados da Holding apresentaram. Quanto aos indicadores de custo, liquidez e adequação de capital do Itaúbanko obtiveram melhorias nos últimos anos, demonstrando que apesar das restrições de crescimento da receita geradas pela compressão no spread, a situação econômica do banco é positiva. Podemos dizer que a migração do Itaúbanko para Itaú Holding foi bem-sucedida garantindo a rentabilidade e a competitividade da instituição no mercado financeiro brasileiro, permitindo-a continuar com seu processo de internacionalização.

O estudo sugere que através de mudanças regulatórias o governo influenciou a concentração no mercado bancário que por sua vez, parece ter diminuído o risco de crise sistêmica no mercado financeiro, atingindo assim os objetivos traçados pelo estado. Quanto aos resultados microeconômicos deste processo de consolidação bancária pode-se dizer que foram positivos para o banco analisado. Embora a rentabilidade do Itaú e da atividade bancária venham caindo, a rentabilidade consolidada da holding vem-se mantendo o que sugere que a estratégia adotada por este banco foi bem-sucedida como alternativa de ampliação da fonte de receitas e lucros, através de ganhos de escala, redução de custos e diversificação de serviços.

BIBLIOGRAFIA:

- ADELINO, J. & PAULA, L. F. (2006) Eficiência no setor bancário brasileiro por segmento de mercado: uma avaliação recente. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A097.pdf>. Acesso em Junho/08.
- ANDREATTA, J. C. ; DE PAULA, G. M. (2004) Fusões, Aquisições e Internacionalização do Setor Bancário no Brasil. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 2004.
- BARBACHAN, J. S. F. & FONSECA, M. M. (2004) Concentração Bancária Brasileira: Uma análise Microeconômica. IBMEC – SP, Finance Lab Working Paper. Disponível em http://econpapers.repec.org/paper/ibmfinlab/flwp_5F60.htm. Acesso em Junho/08.
- BASTOS, F.A.S. (1999) O processo de fusão e aquisição realizado com capital estrangeiro e seus efeitos sobre o setor bancário brasileiro nos anos recentes.
- CORAZZA, G. (2000) Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- KRETZER, J. (1996) Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984. Florianópolis: EPS/UFSC, (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO).
- FARIA, J., PAULA, L.F. e MARINHO, A. (2007) Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições. In PAULA, L.F. & OREIRO, J.L. (org.). Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, pp.125-154.

- FREITAS, Maria C. Penido (1999) Abertura do Sistema Bancário Brasileiro ao Capital Estrangeiro. Nova Economia, vol.17 no. 3. Belo Horizonte Sept./Dec. 2007.
- FURTADO, A. L. M. (2005) Acordo da Basiléia: Um estudo sobre as influências e implementação no Sistema Financeiro Brasileiro. Florianópolis: UFSC, 2005.
- LARANGEIRA, S.M.G. (1997) Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90. *Educação & Sociedade*, 18 (61): 110-138.
- LARANGEIRA S.M.G. (2001) Reestruturação em bancos e telecomunicações no Brasil: excluídos e beneficiados. In: Aguirre, R.; Batthyány, K. (coord.) *Trabajo, Género y Ciudadanía en los Países del Cono Sur. Cinterfor/OIT*, p.111-132. Disponível em http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/gen_sur/index.htm. Acesso em Abril de 2008.
- NAKANE, M.I. (2001). “A test of competition in Brazilian banking”. Banco Central do Brasil, Working Paper No. 12.
- PAULA, L. F. & MARQUES P. M. B. L. (2003) Causas e Conseqüências da Consolidação Bancária no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense
- PAULA, L. F. & MARQUES P. M. B. L. (2004) Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia.
- SOARES, R. P. (2001) Evolução do crédito de 1994 a 1999: Uma explicação. Texto para Discussão IPEA, nº 808. Brasília.
- TABAK, B. M & GUERRA S. M. & LIMA, E. J. A. & CHANG, E. J. (2007) The Stability-Concentration Relationship in the Brazilian Banking System. Banco Central, Working Papers Series 145.

TROSTER, R. L. (2004) Concentração Bancária. Disponível em <http://www.aberj.com.br/modules/mydownloads/viewcat.php?cid=2>. Acesso em Maio de 2008.

FRIEDMANN, R. (2003) O Custo de Intermediação Financeira no Brasil – Poder de Mercado e Desafios da Regulação. Disponível em <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OCustodeIntermediacao.pdf>. Acesso em Junho/08

MAFFILI, D. W. (2007) Estudo da rentabilidade bancária no Brasil no período de 1999 a 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SITES CONSULTADOS

Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro (ABERJ) – www.aberj.com.br, acesso em Maio/08.

Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br, acesso de Março a Junho/08.

ECONPAPERS - <http://econpapers.repec.org/>

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos: www.febraban.org.br/, acesso em Maio e Junho/08.

Relações com Investidores – Banco Itaú: www.itaubr.com.br, acesso de Março a Junho/08.

WEBSITE Luis Fernando de Paula - <http://paginas.terra.com.br/educacao/luizfpaula/>, acesso em Maio e Junho/08.